

O PAPEL DA BIOÉTICA NA EDUCAÇÃO PARA OS VALORES

JOANA ARAÚJO

Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

RESUMEN

A Bioética enfrenta, frequentemente, situações problemáticas pela sua complexidade e, simultaneamente, dilemáticas pela necessidade de se decidir um curso de acção. A humanidade tem ânsia de valores éticos e morais e a educação tem um papel fundamental no despertar para um pensamento crítico onde se incluem estes valores morais. O principal objectivo deste trabalho é promover o ensino dos valores através da bioética no secundário, dado que entendemos que a transmissão de valores, no mundo actual, só poderá ser efectiva através do desenvolvimento das capacidades reflexivas dos jovens. Pretendemos, deste modo, desenvolver o método mais útil para a resolução de casos, capaz de dar respostas justificáveis para um determinado público, sendo que, por justificável, entendemos o melhor caminho a percorrer, dada a ausência de uma teoria moral universalmente aceite.

Palabras clave / Palavras chave: Bioética, educação, valores.

ABSTRACT

Bioethics often faces situations that are problematic and of huge complexity, and, at the same time, dilemmatic, urging individuals and society to take decisions. Humanity has been craving for ethical and moral values and education has a key role in promoting awareness on this matter. The main aim of this project is to promote the teaching of values throughout bioethics in secondary/high schools. This is based on our premise that the transmission of values nowadays can only be made through the development of reflective skills. We intend to thereby develop the most useful method for the resolution

of complex cases, able to give answers justifiable for a particular audience, and by justifiable we mean the most prudent way to act, given the absence of a universally accepted ethical and/or moral theory.

Keywords: Bioethics; Education; Values.

INTRODUÇÃO

Assumindo no mundo um peculiar modo de viver que lhe exige saber eger e justificar as suas escolhas num horizonte pleno de sentido, o ser humano realiza necessariamente o seu projecto de vida no seio da dimensão ética. Se a ética se constitui como o modo próprio de ser dos seres humanos, isto significa que toda a actividade humana se delinea no cruzamento da liberdade e da responsabilidade e, assim, constantemente e continuamente se torna necessário um momento de reflexão, de justificação e procura de referências que permitam uma orientação num mundo em perpétuo movimento.

Neste fundo se enraíza o cerne da Educação. A esta cabe, como fim essencial, o pleno desenvolvimento da Pessoa, seja qual for a circunstância em que se encontre. Por isso, o que aqui vale será sempre o modo como se está, onde se está, a perspectiva mais ampla ou mais fechada com que se olha para o mundo, para as coisas e o modo como se reconhecem (ou não) as pessoas nele e no decurso do progresso que leva a cabo.

Não podemos esquecer, contudo, que o homem é um ser educado por outros homens e, por isso, naturalmente susceptível de ser afectado pela sua natureza e cultura, o que faz com que o processo educativo seja o processo onde o homem faz um uso individual da liberdade e da sua autonomia. A educação adquire então uma importância essencial, uma vez que a sua vertente antropológica vai permitir a construção do homem vindouro, elementar para a definição do homem como ser moral (Carvalho, 1992).

Assim se entende a afirmação de R. S. Peters (Ethics and education, London, George Allen and Unwin Ltd, 1996): *Ser educado não é ter chegado, é viajar com uma visão diferente*. Esta viagem com uma visão diferente parte de um terreno de incertezas relativamente aos valores fundamentais e ao modo como a participação de cada um deve ter lugar. E é precisamente aqui que a formação ética se torna necessária e até determinante, pois, ao constituir todo o processo de educação contínua, permite ir assumindo de um modo crítico, reflexivo e progressivo o exercício autêntico da liberdade, dos direitos, dos de-

veres individuais e sociais, num dialogante clima de respeito e tolerância positiva face a outras posturas morais, políticas, religiosas e culturais.

Existe uma inter-relação entre a educação, os valores, a ética e o ensino. Estes factores estão interligados e relacionam-se entre si e qualquer alteração que um factor possa ser sujeito, vai-se reflectir não só nele próprio, mas também na relação que tem com os outros agentes e na relação que os outros agentes estabelecem entre si o que, naturalmente, dá origem a mudanças. Trata-se, no fundo, de educar para a cidadania, pois a escola deve ter por objectivo máximo preparar cidadãos capazes de desempenharem um papel interveniente, crítico e activo na sociedade. Educar para a cidadania visa, essencialmente, o desenvolvimento de uma consciência cívica para formar cidadãos livres, responsáveis, solidários e autónomos no curso dos acontecimentos. Através da educação para a cidadania procuramos formar alunos capazes de pensar e de agir, de forma autónoma e em liberdade, de modo a que consigam adquirir competências cognitivas e sociais através das quais aprendam a defender os seus pontos de vista, a respeitar os outros, assumir as responsabilidades e aceitar as diferenças.

As actividades de ensino desenvolvido em contexto escolar podem e devem contemplar o debate como confronto de ideias e valores, contribuindo desta forma para a construção da cidadania. Um bom cidadão é aquele que compreende, preza e defende os valores da sua cultura, da sua comunidade e do seu país sem, no entanto, se opor aos valores das outras culturas ou outros países. É um cidadão que está apto a inovar na sociedade/cultura à qual pertence e encontra-se disponível para a sua transformação. Está preparado para compreender e discutir valores diferentes dos seus, o que significa que não só ele pode ser transformado neste diálogo, como também pode ser o agente de transformação.

No seio de um mundo globalizado, pensamos que a educação deve partir de dois pressupostos fundamentais:

- O ser humano é um ser em construção permanente e este crescimento é sempre intersubjectivo, o que significa que cada um de nós tem que assumir a responsabilidade pelo seu desenvolvimento pessoal e pelo modo como possibilita ou impede o desenvolvimento do outro;
- A aquisição de conhecimentos não se realiza num espaço neutro, porque os participantes no processo educativo não são agentes vazios de valores. Assim, o processo educativo deverá contribuir para o aumento da capacidade de fundamentação das posições que cada um ocupa, e não para o relativismo ético que justifica a aceitação de todas as condutas com base no pluralismo e na multiplicidade da humanidade.

Ser tolerante não é sinónimo de relativismo: para eu tolerar uma posição contrária à minha, tenho de primeiro saber onde me situo e porquê.

O objetivo deste trabalho é, pois, o de refletir sobre qual o papel que a bioética pode ter na educação para os valores, procurando, através do seu ensino, potenciar uma consciência ética e axiológica, favorecer a abertura ao diálogo e à reflexão crítica e promover a formação pessoal, social e profissional dos alunos.

I. EDUCAÇÃO E BIOÉTICA

O ser humano é, frequentemente, confrontado com temas controversos que geram discussões e debates nos quais este deve ter uma participação informada e reflectida. Esperase, por isso, que toda a pessoa responsável adquira um conhecimento básico e uma capacidade de análise que lhe permita intervir, de um modo activo e decisivo, nas opções que a sociedade adopte face a este ou aquele problema (Osswald, 2006). A Bioética, como ciência transdisciplinar, baseada na ética e nas ciências da vida, que reflecte sobre as questões éticas que emergem das novas tecnologias e da investigação científica, pode ter aqui um papel fundamental, na medida, em que poderá representar uma mais-valia para enriquecer e fundamentar estas discussões sobre temas mais actuais. Como afirma Walter Osswald, *no debate bioético procurase a fundamentação para a emissão de juízos éticos, acolhimento de argumentos oriundos de diversas ciências, com linguagem própria* (Osswald, 2007). É justamente pela sua especificidade que, a Bioética, quando considerada sob o ponto de vista da educação, constitui uma oportunidade pedagógica excepcional para o desenvolvimento de competências reflexivas, críticas e de base plural e democrática. Com efeito, a bioética permite desenvolver, nas crianças e jovens, a consciência da responsabilidade que lhes cabe enquanto seres humanos, bem como a consciência de que essa responsabilidade é irrecusável e alienável. A verdade é que a Bioética, pela sua característica de ética cívica, deveria ser trabalhada a todos os níveis do ensino, desde o primário ao ensino superior, talvez trabalhando um pouco mais ao nível do secundário, pois é onde talvez a formação dos alunos é mais significativa, dada a faixa etária e o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica.

Com o extraordinário desenvolvimento do conhecimento, tem havido, em Portugal, uma tendência para acrescentar novas disciplinas aos programas curriculares (como por exemplo o inglês ao nível do ensino básico, a educação cívica ou desenvolvimento humano ao nível do secundário, programas de educação sexual) o que, de certa forma, tem contribuído para uma sobrecarrega

dos programas escolares. Note-se, porém, que o objectivo de introduzir o ensino da Bioética não tem como propósito acrescentar uma nova disciplina ao currículo estrito (reduzido ao conjunto das disciplinas). Tal como defende Walter Osswald (2006), ao criar uma nova disciplina estaríamos a ignorar a natureza transdisciplinar da Bioética. A reflexão bioética e o debate dos temas que esta transdisciplina potencia surgem nos conteúdos da Biologia, da Filosofia, da Educação Sexual e da Religião e devem ser tratados com a devida relevância nessas disciplinas. No entanto, o autor afirma que a metodologia do debate bioético deve ser inserida nas áreas de desenvolvimento pessoal, da educação para a saúde ou da educação para a cidadania. Este debate e esta reflexão convocam uma antropologia filosófica no sentido de alimentar a discussão de conceitos fundamentais como direitos, deveres, valores e virtudes, daí que o autor também defenda que os formadores devem ser originários das áreas das humanidades de modo a evitar que a bioética seja encarada como uma área da Biologia ou das Ciências Médicas (Osswald, 2006). A Bioética necessita de ser considerada como parte integrante do currículo pleno, onde este currículo funciona como *o programa educativo na sua integralidade: é o conjunto de experiências de aprendizagem e construção pessoal que o educando (cada educando) deve realizar, logo, o currículo, para corresponder à humanidade plena do homem, tem de ser pluridimensional* (Patrício, 1993, p. 302).

A natureza transdisciplinar da bioética exige a adopção de diferentes perspectivas quando se reflecte sobre questões éticas. Os vários pontos de vista podem ser agrupados sob duas abordagens principais, nomeadamente a abordagem *abrangente* (horizontal) e a abordagem em *profundidade* (vertical). A primeira pertence a uma visão extensiva e global das questões éticas, frequentemente associada à actividade de políticos, dos *mass media*, de grupos de investigação interdisciplinar, de *opinion-makers* e de leigos; o outro tipo de abordagem intensiva constitui a base da investigação realizada por filósofos, membros de diferentes religiões, cientistas, médicos e investigadores de Bioética. Ambas as abordagens requerem a educação do modo como vemos o mundo, do modo como falamos sobre ele, do modo como reflectimos e agimos (Magalhães *et al*, 2011).

A compreensão do conceito de bioética global, da autoria de Van Potter, pioneiro da bioética, exige uma educação do nosso olhar, de modo a que a nossa reflexão seja focada não apenas nos indivíduos, mas também, e de modo particular, no Outro que é parte do sentido identitário de cada um de nós¹. É pela

1 Still, as individuals we need to have a feeling of direction, a sense of personal identity with something above and beyond our own daily life. A bioethics may fulfill that need, if understood to mean a global bioethics, encompassing not just medical bioethics but ecological bioethics as well and having

educação que podemos conhecer, experimentar e integrar os instrumentos necessários à deliberação entendida como um procedimento indispensável à tomada de decisão prudente no plano da investigação científica, no plano da relação médico/paciente, bem como no horizonte da sobrevivência da vida com sentido humano. Pela sua atenção à construção da decisão, a Bioética é considerada, por muitos especialistas, como uma ética cívica, uma ética partilhada pelos membros de uma comunidade que se veem como coautores da narrativa da sua sociedade. W. Osswald and M. C. Patrão Neves (2014) apontam três razões principais para o actual papel da Bioética como ética cívica: a falta de fundamentos morais universais, que podem conduzir a um relativismo profundo ou à procura de regras e de linhas de orientação aplicadas ao contexto sob análise; a morte de Deus, do Autor, do sujeito unificado, que também deu origem à necessidade de procedimentos deliberativos alargados, através de diferentes perspectivas que podem ser integradas pela Bioética dada a sua natureza interdisciplinar; e a criação de instituições de Bioética, que também contribuíram para o papel pragmático desta área do conhecimento.

Como ética aplicada, a Bioética tem uma dimensão pública com grande impacto, pelo facto de permitir que os cidadãos tenham acesso a informação e formação sobre questões éticas subjacentes a diferentes áreas da acção humana. A variedade de recursos disponíveis na educação bioética permite que a reflexão sobre as diferentes temáticas seja articulada em consonância com o tópico, com os sujeitos envolvidos na deliberação ética e com o tipo de abordagem usado na análise das questões éticas (Magalhães *et all*, 2011).

Face ao exposto, depreende-se que existe uma verdadeira necessidade do ensino da bioética; profissionais como os médicos, biólogos, enfermeiros, ecologistas etc., não estão preparados para o seu percurso profissional se não lhes for leccionado, ao lado da formação técnica, formação que lhes permita o reconhecimento de conflitos éticos, análise crítica das suas implicações, uso do sentido de responsabilidade e obrigação moral quando forem tomadas decisões relacionadas com a vida humana e com tudo que a rodeia. Não obstante, são vários os desafios que colocam em risco o ensino da bioética: a explosão da bioética enquanto saber pluridisciplinar, a articulação da teoria com a prática, dos princípios com as situações concretas, a vivência dos valores éticos no contexto de uma sociedade plural. As condições da vida humana estão em constante mutação, o que era ontem, hoje já não é, o que pode ter sido uma solução aceitável, hoje necessita de profunda revisão. No momento actual em

as its core element the twin concepts of “person health” and Leopold’s land ethic. Global bioethics is proposed as a secular program of evolving a morality that calls for decisions in health care and in the preservation of the natural environment. It is a morality of responsibility. (Potter 1988, 152)

que vivemos, diariamente se exige ao sujeito que este tenha e desenvolva capacidade crítica, de forma a tomar posições claras e conscientes sobre as constantes mudanças que é confrontado. O pensamento crítico envolve uma capacidade de análise e de avaliação, de ponderação acerca dos diferentes pontos de vista, o que o torna indissociável de um conjunto de informações e conhecimentos, pois não se podem emitir juízos de valor sobre o que nada se sabe. Contudo, não basta apenas um pensamento crítico, também é fundamental haver um pensamento dinâmico transformador. É crucial haver uma reflexão dinâmica e operativa (Araújo, 2007).

Para que a aprendizagem efectivamente aconteça, a experiência deve ser reflectida, relacionada com aprendizagens anteriores, tornando-a parte da base teórica de cada um. A aprendizagem só fica completa depois de colocarmos os conhecimentos em prática, sendo que a aquisição de conhecimentos é apenas parte do processo de aprendizagem, pois é preciso relacionar a teoria com a prática. Trata-se de um processo activo e auto direccionado, em que, efectivamente, os outros podem estimular a nossa aprendizagem, mas onde cada um é responsável por colocar o conhecimento em prática (Araújo *et al*, 2010).

O ensino da (bio)ética tem por objectivo promover um maior desenvolvimento da capacidade dos estudantes se relacionarem com as pessoas de forma empática, com flexibilidade a abertura, aumentando a consciência dos estudantes em relação às suas próprias atitudes e valores, bem como estimular uma análise dos mesmos no seu desenvolvimento pessoal e profissional. Este ensino pressupõe que uma pessoa, perante uma determinada situação, seja capaz de agir eticamente e, esse sim, é o principal problema da ética: a escolha; e esta é uma capacidade do ser humano, a capacidade de poder escolher entre o bem e o mal, uma escolha que nos provoca sempre uma ansiedade; educar é preparar para a escolha entre o bem e o mal e esta primeira escolha faz-se primeiramente em nós próprios. Educar é dar referenciais que nos permitam distinguir o bem e o mal, porém, temos que ter sempre presente que esta escolha deve ser ponderada, pensada, pois numa situação limite, a escolha entre o bem e o mal não revela inteligência nem sabedoria, mas sim espontaneidade. Importa, por isso, preparar para o juízo ético e para a acção ética e, fundamentalmente, preparar para a participação em cidadania (Magalhães *et al*, 2011).

Pela educação em bioética é possível melhorar a participação dos cidadãos nos debates sobre questões éticas inerentes à investigação científicas e às novas tecnologias. Além disso, a educação em bioética deverá também criar a oportunidade de melhorar as capacidades de deliberação que são essenciais na análise das questões éticas, na medida em que é pelo processo deliberativo que se faz

uma análise cuidada e rigorosa dos factos, do contexto, dos valores e dos princípios em conflito, de modo a tomar a decisão mais prudente. Assim, a relevância da ética na formação dos cidadãos justificase no plano mais vasto dos direitos e dos deveres para a cidadania.

II. EDUCAÇÃO E VALORES

O ser humano é um ser em relação e, por isso, a sua autenticidade reside na comunicação verdadeira com o outro, pois o ser humano só se desenvolve verdadeiramente na presença do outro, só existimos na medida em que existimos para os outros. É no diálogo e na comunicação com os outros que o ser se descobre e se realiza, o que, de certa forma, impõe uma exigência moral de reconhecimento da igualdade e das necessidades dos outros seres humanos (Goergen, 2005). Não nos fazemos sozinhos, mas sim com os outros e sair de nós mesmos para estabelecer uma relação correcta com os outros é, ao mesmo tempo, uma necessidade imprescindível e uma exigência moral. É na abertura ao outro que encontramos o núcleo da moralidade, reconhecemos no outro uma obrigação moral, descobrimos na relação com o outro a estrutura que demonstra a necessidade de o reconhecer, de nos colocarmos no lugar dele, de incluí-lo na nossa reflexão e acção moral (Puig, 2007). É na realização do ser humano que ocorre a valorização ou desvalorização do que se pretende ser, manifestando-se a existência da responsabilidade.

Diego Gracia (2011) defende que a valorização ou valoração é uma necessidade natural do ser humano, é uma *necessidade biológica* como pensar, imaginar ou perceber pois, na verdade, todos nós, de uma forma contínua, valoramos, ao longo do nosso dia-a-dia, onde tudo é objecto de consideração ou apreço. Esta valoração acontece porque o ser humano está continuamente a projectar o que verdadeiramente pode melhorar na sua vida, trazer valor; daí que o autor defenda que a valoração é uma necessidade biológica, um fenómeno primário e universal do ser humano. Todos valoramos e temos necessidade de valorar (Gracia, 2011).

Etimologicamente, a palavra valor designa *o que vale, o que tem um preço, o que é digno de ser procurado, não apenas para mim ou por mim, mas também para todos e por todos* (Durand, 2003). Em sentido filosófico, valor é tudo aquilo que suscita estima, admiração, sentido de perfeição. No sentido mais amplo da palavra, valor designa tudo aquilo que é desejado, apreciado, significa algo ser considerado valioso: o objecto belo, a pessoa capaz; em sentido abstracto valor indica a validade ou o valer, a beleza, a habilidade e, enquanto no primeiro

temos o valor realizado, no segundo temos o valor em si mesmo (Roque Cabral, 2003). Os valores constroem-se quando são realizados e a sua realização leva à realização do ser humano.

Um conceito que nos parece interessante aqui abordar e que, de alguma forma vem justificar a importância da educação em valores, é a definição de valor para Jean Piaget. Ao falar de valores, o autor refere-se a uma troca afectiva que o sujeito realiza com o exterior, com objectos e/ou com os outros seres humanos, onde os valores e as avaliações que fazemos diariamente pertencem à dimensão da afectividade e o valor é o resultado que, por sua vez, é construído com base nas projecções afectivas que o sujeito faz sobre os objectos e sobre as pessoas (Piaget, 1992). Entendemos por afectividade a capacidade que o ser humano tem de se deixar afectar por situações, estados de coisas, seres vivos, animais, pessoas. A afectividade é também receptividade, mas esta receptividade pode ser trabalhada pela própria iniciativa de uma consciência voluntária, pois o facto de a afectividade não ser mera espontaneidade é um argumento que justifica a importância da educação em valores (Renaud, 2001).

Também Ferrer (2003) defende que o ser humano estabelece um sistema de valores com base nas interacções que estabelece com o mundo e consigo mesmo (moral vivida e moral reflexiva). A *moral vivida* (vida moral) diz respeito a códigos normativos concretos, que estão em vigor nas diversas sociedades e que são aceites pelas pessoas e pelos grupos que fazem parte dessa mesma sociedade, sem que tivesse havido necessariamente uma reflexão sistémica desses mesmos códigos. Está relacionada com a formação do carácter (sendo que o carácter moral refere-se ao tipo de pessoas que escolhemos ser), com a formação da própria personalidade moral, construída com base em escolhas e opções livres, não de uma forma absolutamente livre, mas tendo por base a liberdade humana, histórica. A verdade é que na maior parte das questões morais existe como que um acordo fundamental da sociedade, de modo que, a maior parte das pessoas não precisa de tomar decisões conscientes sobre como agir. Contudo, a moralidade enquanto código não é suficiente para dar resposta à pluralidade moral que existe e que é inevitável. Por este motivo tornase necessário tentar encontrar acordos para conseguirmos uma vida em sociedade (Ferrer, 2003). O *saber moral* (*moral reflexiva*) no fundo é a reflexão sobre nossas acções, ou seja, é o *conhecimento fundamentado da moralidade*, ou seja, a ética. Ao estarmos perante uma determinada situação e ao escolhermos determinados valores em detrimento de outros, estamos a construir o nosso perfil moral: logo, do ponto de vista moral, somos o que escolhemos, daí a importância de educar para a virtude desde criança, procurando inculcar valores que, de certa forma, irão contribuir para que uma pessoa seja boa (Ferrer, 2003).

III. O PAPEL DOS VALORES NA EDUCAÇÃO

A crise social do mundo actual conjuga-se com uma crise moral, em que os valores éticos e/ou os valores morais são questionados de formas muito diversas. A educação como acto axiológico por excelência é, intrinsecamente, uma relação com os valores, ela mesma é apreendida e vivida como um valor, logo, deve ocupar uma posição central no ensino dos mesmos, desenvolvendo estratégias que aumentem a probabilidade para que determinados valores estimulem o desejo por parte dos alunos. Tal como defendia Aristóteles (s.d.), o homem tem capacidades de desenvolver virtudes morais que por definição implicam o hábito, o que enfatiza o papel da educação.

Os valores são intrínsecos à educação. Logo, o problema educativo não é equacionável nem resolúvel sem incluir os valores. No entanto, e embora considerando os valores como os pilares basilares para a educação, estes não podem ser objectos de ensino, no sentido restrito do termo. O facto de querermos impor valores previamente definidos, que estejam pouco interiorizados, pode levar à sua negação, isto porque só têm sentido se forem livremente escolhidos pela pessoa, ainda que esta liberdade seja sempre condicionada pela cultura em que o ensino está inserido. É aqui que pode ser identificado um dos problemas actuais na área da educação: saber qual o papel que deve ser dado à identificação cultural e qual o papel que deve ser dado à reflexão crítica. A identificação cultural está associada a uma mentalidade conservadora, que tem por base a transmissão dos grandes valores da tradição, transmissão conservadora dos conteúdos morais; a reflexão crítica, ligada a uma mentalidade mais liberal, preocupa-se com a mudança e com o pluralismo com a promoção das competências de juízo moral.

Considerando agora a educação em contexto escolar, a verdade é que, se o educador favorece a identificação cultural, pode ficar sem espaço para a promoção da reflexão crítica; todavia, se favorece a reflexão crítica, a questão cultural pode, de alguma forma, ficar ameaçada. No entanto, parece-nos claro que, ao invés da reflexão crítica poder ser vista como um processo que pode negar ou contradizer a identificação cultural, esta pode funcionar como um elemento facilitador, através do modo como a alta cultura é apresentada. Neste sentido, o autor defende que tanto a identificação cultural com modelos e histórias, como a reflexão crítica devem ser inseridos no processo pedagógico da educação moral. *A criança tem que ser acolhida na sua cultura antes de sair dela* (D'orey da Cunha, 1996). O papel da escola é promover a capacidade de desenvolver o pensamento crítico, reflexivo, capaz de questionar os próprios

limites quando impostos pela cultura, e, como tal, capaz de nos fazer ver como o outro vê – e aqui reside a base ética da educação.

No processo de educação é importante saber como nos devemos colocar perante os valores que existem como um apelo que desabrocha da pessoa e cabe à própria pessoa dar uma existência constante aos valores, ou seja, a sua realização (Gracia, 2007). A educação deve ser conduzida no sentido de permitir distinguir, nos fins a que nos propomos, quais os bons valores, sendo que os bons são aqueles que cada um aprova e que podem ser os objectivos do Outro. Assim, seriam considerados moralmente educados aqueles que consideram as suas acções como fins que qualquer ser humano poderia desejar, o que leva a ter como referência uma comunidade universal. No entanto, o facto de uma pessoa ser bem-educada nem sempre é sinónimo de ser uma boa pessoa. Vejamos o caso do cidadão que se preocupa em votar apenas porque se trata de uma obrigação democrática: efectivamente, ele cumpre com o seu dever, mas se se tratar de um votar por votar, então a sua acção não tem nenhum agir comprometido, pois o que ele quer é que ninguém o critique pelo facto de ele não votar (Camps, 1998).

A obrigação do ser humano é a realização de valores; realizar valores é bom, o valor bom é o valor de todos os valores, é aquele que está mais vinculado ao acto que realiza um valor positivo. Todavia, bom não é apenas o acto realizado, pois a própria pessoa ganha valor quando pratica um acto bom. Assim, temos dois tipos de bondade, a bondade do acto que foi praticado e a bondade da pessoa que o praticou. E a bondade tem um carácter cumulativo, em que o acto transforma-se num hábito e, para uma pessoa ser boa, não basta ter boas intenções mas tem que praticar o bem e ter o hábito de praticar o bem, pois sem actos não há hábitos e só através destes actos positivos se pode alcançar a ser humano de excelência moral (Gert, 2003).

Com a educação em valores espera-se que os alunos sejam capazes de desenvolver capacidades que lhes permitam, no seu dia-a-dia e ao longo da sua vida, agir de forma ética e que percebam e que consigam lidar de uma forma natural com as diferentes formas de agir e de pensar, sem que isso nos deixe cair num relativismo ético. Não se pretende uniformizar, procurando eliminar as diferenças e os conflitos, mas antes, utilizar a instituição escola para promover o desenvolvimento das capacidades dialógicas e os valores de não-violência, do respeito, da justiça, da democracia, entre outros. O mais importante é fazê-lo de uma forma teórica, e, principalmente, colocar estas capacidades em prática, exercitando-as, desenvolvendo-as, criando uma habituação para a discussão e reflexão saudável, onde todos respeitam e são respeitados (Araújo, 2007).

Adela Cortina (2005) defende uma educação para os valores, fundamentalmente, para os valores morais, pois considera-os como os valores mais actuais, tendo em conta que nenhum ser humano se pode posicionar acima do bem e do mal moral, *la llevamos en el cuerpo*, logo toda a pessoa é inevitavelmente moral. A autora entende que existem valores especificamente morais, como a liberdade, a justiça, a solidariedade, a honestidade, a tolerância, a disponibilidade para o diálogo e o respeito pela humanidade, pelas outras pessoas e por nós próprios e, justifica a escolha com o argumento de que estes valores dependem da liberdade humana (não podem ser atribuídos a animais ou plantas), que a vida humana não faz sentido sem esses valores e por isso, devem ser considerados universais: como tal, cabe a cada um de nós almejar a sua realização.

Um acto moral pressupõe um sujeito dotado de uma consciência moral, capaz de distinguir o bem do mal, de orientar os seus actos e julgá-los. Por isso, dizemos que o juízo moral é entendido como algo *a priori*, independente da apreciação ou escolha dos sujeitos, enquanto o juízo ético compromete o sujeito que o formula. Não obstante, parece-nos claro que o juízo moral antecede sempre um juízo ético do individuo, apesar do juízo ético poder efectivamente ser algo mais prático, pois implica uma (reflexão sobre e na) acção por parte do sujeito.

O valor humano é específico das actividades humanas e diz respeito à qualidade ou à perfeição de uma acção ou de uma conduta enquanto conforme ao bem ou à dignidade da pessoa humana. O respeito pela vida, o amor ao próximo, a generosidade, o espírito de sacrifício, entre outros, são exemplos de valores morais (Sgreccia, 2009). O valor moral ou a virtude moral encontra-se ligado ao que o ser humano tem de mais intrínseco e o cunho humano da moral reflecte-se na linguagem comum: *o homem bom é o moralmente bom*. O valor moral apresenta-se como um valor superior aos demais valores com os quais o homem se cruza, sendo preferível a qualquer um deles e impossível de ser sacrificado em prol de outro. Quando estes valores têm uma base sólida, é possível cultivar uma enorme variedade de outros valores, mas quando estes estão de algum modo fragilizados, então todos os outros valores estão em risco. A especificidade do mundo moral é a consciência do dever que leva à realização de valores positivos e superiores e como o objectivo da ética não é o valor mas sim o dever, só fazendo o que se deve é que o valor moral se torna verdadeiro (Ogletree, 2003).

Parece-nos, por isso, difícil imaginar uma sociedade humana sem um projecto hierarquizador de valores morais que orientem a organização, a manutenção e a continuidade da sociedade, o comportamento concreto do Homem.

Uma sociedade sem moral ou ética é tão irrealizável quanto uma pessoa amoral, esta entendida como uma pessoa que se situa para além do bem e/ou do mal (Sgreccia, 2009).

Uma questão muito pertinente no ensino de uma educação em valores é conseguir que os alunos interiorizem a distinção entre *conceber um valor* ou *reconhecer um valor*. Enquanto *conceber um valor* levaria a que cada pessoa e cada sociedade desenvolvessem os seus próprios valores, que poderiam ser aceites ou não pelo Outro, *reconhecer um valor* levar-nos-ia a assumir que os valores existem, que são reais e temos que aceitá-los. *Os valores valem porque nos permitem arrumar o mundo para que possamos viver nele plenamente como pessoas* (Cortina, 2005, p. 223). Emerge, pois, uma questão: como podemos compreender que existam pessoas que não são capazes de aceitar valores? As concepções do certo e do errado diferem de cultura para cultura; as concepções morais podem entrar em contradição com outras concepções morais.

Não podemos deixar de educar e educar implica uma postura axiológica. O mundo tem uma necessidade premente de educação moral e ética. Possivelmente, muitos dos problemas da nossa sociedade estão relacionados com o facto de se educar em muitas áreas: ensina-se a falar, a contar, a escrever, a estar à mesa, etc., contudo, no que diz respeito à ética, não educamos, ou pelo menos, não fazemos um esforço suficiente. *É que a educação moral fica para as horas vagas, e estas não existem na nossa sociedade* (Brito, 1997). Consideramos que esta educação para a ética deverá ser sempre pautada por dois aspectos essenciais: 1) o reconhecimento da interacção entre o valor e o conhecimento; 2) um olhar atento ao ser humano como um todo, ou seja, como um ser que pensa, age e sente e cuja construção enquanto pessoa implica um diálogo permanente entre aquilo em que cada um crê e aquilo que cada um compreende.

IV. EDUCAÇÃO EM BIOÉTICA: IDEIAS EM ABERTO E EM DISCUSSÃO

É um facto que a moralidade é universal e indeclinável. Em todas as comunidades humanas existem formas de agir que são as culturalmente aceites, as correctas sob o ponto de vista do julgamento social. Não obstante, existem outras que são sancionadas pela comunidade por não procurarem nem promoverem o bem das pessoas e da comunidade onde estas estão inseridas. Assim sendo, a moralidade é necessária não apenas porque necessitamos de viver em comunidade e esta existência será tanto mais específica e rica, quanto mais espaço tivermos para crescermos como pessoas. A este propósito, ficam em aberto algumas questões: Quando é que tem início a construção da moralidade? Ou as consciências dos actos morais? Podemos assumir que a moralidade começa

quando o ser humano compreende que determinadas acções devem ser realizadas ou não, consoante o impacto que esta acção terá ou não na sua própria vida e na vida das outras pessoas. Mas será que a moralidade está sempre presente? Ou a consciência da moralidade existe em cada acto que praticamos?

O acto moral nasce da capacidade que os seres humanos têm de escolher e exige o dever de justificar as nossas acções perante os outros e perante nós mesmos. Esta escolha pressupõe uma vontade livre e a capacidade de raciocínio para prever as consequências e emitir juízos morais sobre estas mesmas escolhas. Avaliamos os actos como sendo bons ou maus, correctos ou incorrectos e esta capacidade valorativa apresenta uma dimensão prospectiva e retrospectiva, na medida em que conseguimos emitir juízos de valor sobre acções presentes, passadas e até futuras. Isto porque o ser humano está constantemente a projectar-se no futuro sob o ponto de vista de almejar a realização pessoal e é esta realização projectada no futuro que nos permite idealizar planos, projectos de vida e até mesmo desejar coisas que talvez nunca sejam possíveis de alcançar, mas que em todo o caso pode ser encaradas como um objectivo a atingir. É esta capacidade de projectar o amanhã que nos permite prever as consequências e fazer as opções mais prudentes, sendo esta a capacidade que nos possibilita assumir uma responsabilidade moral.

O problema coloca-se quando esta responsabilidade moral não existe, não porque exista uma imoralidade (neste caso, as pessoas apresentam por diversas razões, propensão para fazer o mal), mas porque simplesmente não existe a consciência de que aquele acto é um acto negativo ou positivo, simplesmente porque não existe uma consciência moral. Também a este nível emergem algumas questões: Será que podemos falar em seres humanos morais, imorais e amorais? Será que tudo isto está associado ao facto de os jovens alunos de hoje não terem a capacidade de se projectar no futuro? Não são capazes de prever as consequências dos seus actos e por isso as suas decisões são tomadas simplesmente sem haver nenhuma deliberação sobre os seus actos? Será que estes jovens não são capazes de atingir uma maturidade que os faça promover a auto-realização na comunidade, de modo a que estejam aptos a atingir a excelência moral?

A bioética, ética aplicada à vida, surge na intersecção de uma crise de valores e de normas colectivas com o desenvolvimento do individualismo das pessoas e o pluralismo das sociedades. Esta transdisciplina estimula o debate público sobre as escolhas para o nosso futuro, promovendo uma alteração de consciência, incentivando a participação informada e responsável dos cidadãos. Como ciência transdisciplinar, a bioética começa a ser reconhecida como a

componente indispensável da formação do cidadão empenhado na vida colectiva, tornando-se numa ética do cidadão, numa ética cívica, enquanto reflexão sobre a acção que se desencadeia, desenrola e se repercute na comunidade global.

A formação cívica, enquanto projecto antropológico, é inerente a todas as áreas do conhecimento e deve ser entendida como uma tarefa amplamente partilhada e assumida, como áreas de formação de crucial importância para as novas gerações.

A educação para a cidadania deve estimular a participação na tomada de decisões colectivas, procurando desta forma padronizar as acções do ser humano tendo por base as relações interpessoais e a responsabilidade, quer individual, quer colectiva. Este percurso levará a uma aprendizagem pelo respeito e a admitir e aceitar a diferença que, por sua vez, de uma forma quase natural, irá promover a solidariedade, a justiça social, a compreensão mútua.

A aquisição de competências básicas torna-se crucial para uma participação activa na sociedade por parte dos cidadãos. Competências sociais como a auto-confiança, a auto-orientação e o assumir de riscos tornam-se fundamentais, na medida em que se espera que as pessoas sejam capazes de comportamentos mais autónomos do que no passado. Aprender a aprender, a adaptar-se à mudança e a compreender fluxos de informação são competências mais genéricas que todos deveriam adquirir.

O processo de aprender afirma-se como uma função incontornavelmente relacional, o que torna os contextos no qual o indivíduo está inserido demasiado importantes, pois um *bom* ambiente pode claramente estimular a aprendizagem enquanto um *mau* ambiente pode atrofiar todo o processo de aprender. Assim, um ensino de elevada qualidade é o ingrediente fundamental para assegurar que os jovens "aprenderam a aprender" e que tenham uma atitude positiva em relação à aprendizagem; logo, o primeiro problema a resolver numa sociedade cada vez mais intitulada, reconhecida como a sociedade do conhecimento e da aprendizagem, prende-se com a gestão do conhecimento e com a sua estratégia de aprendizagem.

A escola hoje tem de criar lugares de identidade, relacionais e históricos, tem que ter o papel primordial de integrar, ser capaz de contribuir para a criação da equidade, da justiça e da solidariedade, de forma a fomentar a participação dos cidadãos no debate ético. O ensino da Bioética é urgente para a concretização deste objectivo; no entanto, a introdução do ensino da Bioética não tem como propósito acrescentar uma nova disciplina a programas escolares já sobrecarregados, mas procurar que estas temáticas possam ser trabalhadas num

conceito transdisciplinar. Neste sentido, disciplinas como Filosofia, Biologia, entre outras, poderão trabalhar diversos assuntos de fundo bioético, em conjunto, combinando os diversos saberes. A verdade é que a humanidade tem ânsia de valores morais e a educação tem um papel fundamental no despertar para um pensamento universal onde se incluem estes valores morais. Torna-se, pois, necessário adotar uma estratégia clara, optando e mantendo os elementos essenciais para uma educação básica que ensine a viver melhor, através do conhecimento, da experiência e da construção de uma cultura pessoal. Cada indivíduo tem que ser capaz de desenvolver a capacidade de autonomia, para que, inserido numa sociedade, se comporte como um indivíduo livre e esclarecido; tem que desenvolver a capacidade de produzir juízo ético, conjuntamente com o reforço da responsabilidade pessoal, na realização de um destino colectivo. No entanto, é essencial começar pelo básico, pelo autoconhecimento, pelo conhecimento de si próprio, através do acto de conhecer e do exercício da autocrítica, pois só assim é possível depois compreendermos o outro, na sua especificidade. Só com o conhecimento de si mesmo e com o desenvolvimento das competências ao nível do aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser é que o ser humano será capaz de agir enquanto cidadão, enquanto membro de uma família.

A partir de problemas concretos, a escola deve possibilitar que os alunos percebam quais os seus direitos e deveres e de que forma o exercício da sua liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e da liberdade dos outros. Não obstante, os alunos têm também que ter a noção de que para além deste limite exógeno há também o limite endógeno do respeito por normativos morais reconhecidos e aceites pelo próprio. Porém, a educação não se limita ao espaço e tempo da educação formal, os sistemas educativos, para além de todas as funções que lhes são inerentes, têm também um papel fundamental na formação dos indivíduos e também na sociedade no seu conjunto. Cabe à educação, simultaneamente como meio e fim, o pleno desenvolvimento da pessoa, seja qual for a circunstância em que se encontre, o lugar de onde parte para o infundável caminho de construção pessoal. O que importa, na Educação, é que o desenvolvimento seja entendido como o harmonioso crescimento em todas as dimensões humanas que, por este motivo, deverá ter lugar num ambiente esclarecido, em que se identificam, reconhecem e promovem os valores humanos. Esta “visão diferente” não pode, por isso, deixar de incluir a preparação ética que habilite as pessoas a criarem por e para si mesmas uma atitude reflexiva, capaz de distinguir - considerando os seus próprios valores fundamentados - o que é bom e útil para a dignidade, a liberdade e a felicidade do ser humano, daquilo que se opõe ao florescer destas.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para a bioética não deve ser vista apenas como uma instrução teórica de princípios abstractos, mas uma prática social de habituação a valores e normas que os traduzem, uma educação integral e transversal. Não faz sentido avançar para o ensino desta ciência transdisciplinar sem munir os alunos de elementos chave para que possam desenvolver a capacidade de análise e reflexão e a apetência para fundamentar e solidificar posições denominadas de “contra” ou a “favor”, promovendo, desta forma, o desenvolvimento de um lugar de construção pessoal, orientado para a autonomia e que teria como objectivo principal desenvolver o julgamento ético, a imaginação e o sentido de responsabilidade. A verdade é que esta exigência nunca poderia ser cumprida só através da educação, mas podemos afirmar que será um bom ponto de partida. Educar para a cidadania pressupõe uma consciência ética da cidadania. Uma educação para a bioética, para os deveres para com a vida, exige uma educação para a cidadania, o mesmo é dizer, exige valores de cidadania: liberdade, a justiça, a responsabilidade, a solidariedade, a honestidade, a tolerância, a disponibilidade para o diálogo e o respeito pela humanidade.

BIBLIOGRAFÍA

- Araújo, J., Magalhães, S., Carvalho, A.S. “Bioethical education on deliberation: the views of a novel”. In *International symposium on socio-cultural and human values in science and technology education, 2010, bled, slovenia*. Proceedings of the xiv international organization for science and technology education (IOSTE), 102-110. IRI UI, 2010.
- Araújo, U. “A construção social e psicológica dos valores”. In *Educação e valores: pontos e contrapontos*. Org. V. Arantes, 17-64. São Paulo: Summus editorial, 2007.
- Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Trad. A. Castro Caeiro. Lisboa: quetzal, s.d., 2004.
- Brito, J. H. S. “Ética e educação”. *Brotéria* 145 (1997): 181-193.
- Camps, V. “El valor del civismo”. *Cuadernos monográficos del ICE* 9 (1998): 13-21.
- Carvalho, A. *A educação como projecto antropológico*. Porto: Afrontamento, 1992.
- Cortina, A. *Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza editorial, 2005.

- D'Orey da Cunha, P. *Ética e educação*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1996.
- Durand, G. *Introdução geral à bioética*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- Gert, B. "Value and healthcare". In *Encyclopedia of bioethcis*, coord. S. Post, 2535-2539. New York: Macmillan, 2003.
- Goergen, P. "Educação e valores no mundo contemporâneo". *Educação e sociedade* 26/92 (2005): 983-1011.
- Gracia, D. *Fundamentos de bioética*. Coimbra: Gráfica de Coimbra 2, 2007.
- *La cuestión del valor*. Madrid: Real Academia de Ciencias Morales e Políticas, 2011.
- Magalhães, S, Araújo, J., Carvalho, A. S. "Bioethics education on deliberation - a view of a novel: blue gold, by Clive Cussler". *Medicine and law* 30 (2011): 79-99.
- Ogletree, T. "Value and valuation". In *Encyclopedia of bioethcis*, coord. S. Post, 2539-2545. New York: Macmillan, 2003.
- Osswald, W. "Bioética e educação". *Revista portuguesa de filosofia* 62 (2006): 225-228.
- "É a bioética interdisciplinar ou transdisciplinar?". In *Cadernos do mosteiro*, 109-114. Coimbra: Gráfica de Coimbra 2007.
- Patrão Neves, M.C., Osswald, W. *Bioética simples*. Lisboa: Verbo, 2014.
- Patrício, M. *Lições de axiologia educacional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.
- Piaget, L. *The child's conception of the world*. New York: Rowman & Littlefield publishers, 1992.
- Puig, J. M. "Aprender a viver". In *Educação e valores: pontos e contrapontos*, org. V. Arantes, 65-106. São Paulo: Summus editorial, 2007.
- Renaud, M. "Ética de hoje, ética de amanhã". In *Novos desafios à bioética*, ed. Archer *et al.*, 13-19. Porto: Porto Editora, 2001.
- Roque Cabral, S. J. *Temas de ética*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2003.
- Sgreccia, E. *Manual de bioética – fundamentos e ética biomédica*. Cascais: Príncípia, 2009.